

# **DITADURA, TERRITÓRIO E DISPUTA DISCURSIVA: A CRIAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR NO BRASIL**

Rayanne Jardim da Cunha

Helderson Mariani Pires

## **Resumo**

Este artigo investiga os mecanismos de construção e apagamento da memória sobre a ditadura militar no atual Mato Grosso do Sul, com foco central na mediação jornalística. Através de pesquisa documental e análise da cobertura de veículos da imprensa regional e nacional, examina-se como a criação do novo estado em 1977 foi utilizada como uma moldura discursiva de "progresso" para ocultar a repressão política na região. O estudo utiliza conceitos de enquadramento (framing), construção coletiva e ética da comunicação para demonstrar como o silêncio das redações contribuiu para uma memória coletiva lacunar e para a fabricação de uma narrativa de naturalização do autoritarismo na identidade sul-mato-grossense. A análise foca na disputa discursiva estabelecida entre os registros oficiais e as memórias silenciadas, buscando compreender como o jornalismo atuou como agente de legitimação institucional durante o processo de divisão territorial.

## **Palavras-chave**

Jornalismo; Ditadura Militar; Mato Grosso do Sul; Memória; Disputa discursiva.

## **Introdução**

O regime militar se manifestou e ao mesmo tempo foi apagado no contexto sul-mato-grossense. Mesmo com registros documentais de repressão, perseguições políticas, prisões arbitrárias e censura local, a memória coletiva da ditadura no estado é marcada por um silenciamento social profundo. Hoje observa-se uma naturalização da ditadura, sustentada pelo apagamento histórico de fatos documentados que não ganharam espaço nas narrativas tradicionais da região. Esse processo revela uma construção política da representação histórica na qual determinados relatos são reforçados enquanto outros são marginalizados ou esquecidos conforme os interesses das elites políticas locais daquela época.

A separação do estado do Mato Grosso, ocorrida em 1977, deu-se em um contexto autoritário e pode ser analisada não apenas como uma simples reorganização territorial administrativa, mas como parte de um processo político mais amplo de redefinição de identidades regionais e rearranjos de poder. A divisão permitiu que o regime militar estabelecesse um novo polo de controle político no sul do território, utilizando o discurso da eficiência técnica para validar a fragmentação de Mato Grosso. Para compreender esse processo, a análise das notícias publicadas nos jornais da época é fundamental, pois mostra como a imprensa ajudou a construir essas versões e a silenciar os conflitos sociais, as greves e as manifestações de oposição que ocorriam no território.

No cenário contemporâneo, marcado pela circulação digital de informações e pela intensificação das disputas discursivas, torna-se ainda mais relevante compreender como os registros da ditadura e as notícias do passado são reinterpretados, disputados ou silenciados. A discussão envolve não apenas aspectos históricos, mas também implicações políticas e éticas relacionadas à responsabilidade social da comunicação na preservação da memória pública. É preciso investigar como o jornalismo contemporâneo lida com esses silêncios herdados e quais são os impactos dessa herança autoritária na identidade do povo sul-mato-grossense atual, considerando que a ausência de debate sobre o passado traumático compromete a formação de uma cidadania crítica e consciente dos processos democráticos.

## **Objetivo geral**

O presente projeto tem como objetivo compreender os fatores que contribuíram para o apagamento das interpretações sobre a ditadura militar no Mato Grosso do Sul, examinando os episódios de repressão e resistência ocorridos na região antes da separação do estado e analisando como processos políticos e midiáticos, em especial a tensão entre os discursos oficiais e as memórias marginalizadas, influenciam a construção, manutenção ou distorção desses registros coletivos. Busca-se também refletir sobre as implicações éticas envolvidas na circulação dessas interpretações no ambiente comunicacional atual, considerando a responsabilidade dos veículos de imprensa na formação da verdade histórica regional e na garantia do direito à memória da população sul-mato-grossense.

## **Referencial teórico**

### **3.1 O Jornalismo como Gestor da Memória e do Silêncio**

A compreensão da ditadura militar no antigo Mato Grosso exige uma discussão sobre como a memória é construída e muitas vezes deliberadamente apagada por mecanismos institucionais. Segundo Michael Pollak (1989), a memória é um processo seletivo de lembranças e esquecimentos que obedece a hierarquias de poder e interesses de grupos dominantes. No contexto regional, esse silenciamento foi alimentado pela dificuldade de acesso aos arquivos oficiais, uma barreira que persiste e compromete a produção do conhecimento histórico até os dias de hoje. Sobre essa dificuldade de lidar com o passado e a persistência de traumas não resolvidos na sociedade brasileira, Suzana Arakaki (2008), citando o historiador Carlos Fico, destaca:

[...] a ditadura militar, de algum modo, continua nos assombrando, tanto são os 'cadáveres insepultos'. Isso talvez decorra do fato de que o modelo brasileiro de retorno à democracia (talvez disséssemos melhor de 'saída da ditadura') se baseou em satisfações incompletas: a anistia também dada aos torturadores (FICO, 2004, apud ARAKAKI, 2008, p. 1).

Para o jornalismo, esses cadáveres insepultos representam os fatos, as violações e as vítimas que não foram noticiadas na época e que por isso permanecem fora do debate público corrente. Ao omitir as perseguições no estado, a imprensa ajudou a sepultar essas histórias, impedindo que a sociedade processasse o trauma do autoritarismo de forma saudável. O papel do jornalismo como gestor da memória implica que a omissão de um fato não é apenas uma falha de cobertura, mas uma decisão editorial que molda a percepção histórica das futuras gerações sobre o nascimento do estado. Essa gestão do silêncio colabora para uma identidade regional baseada na negação dos conflitos, favorecendo uma narrativa de paz social que esconde as tensões políticas vividas pelos cidadãos comuns durante os anos de chumbo.

### **3.2 Transição da Folha: Da Tradição Conservadora à Neutralidade Técnica**

A forma como a divisão do estado foi noticiada, de maneira fria e administrativa, explica-se pela mudança de perfil do Grupo Folha nos anos 70. Com base em Mota e Capelato (1981), o jornal passou por uma transição em que deixou de ser um veículo puramente conservador e tradicional para adotar uma imagem de modernização e neutralidade técnica. Essa busca por uma aparência de imparcialidade serviu na verdade como uma máscara para o colaboracionismo com o regime. Ao adotar um tom técnico, a Folha de S. Paulo pôde noticiar a divisão do Mato Grosso em 1977 sem precisar tocar nas tensões políticas ou na repressão que acompanhavam o processo. Sotana e Correa (2015) observam que:

O jornal Folha de S. Paulo, no período de 1965 a 1977, buscou construir uma imagem de jornal 'moderno', 'técnico' e 'independente'. No entanto, essa suposta neutralidade ocultava uma relação de proximidade com o regime militar, especialmente no apoio às medidas econômicas e geopolíticas da ditadura (SOTANA; CORREA, 2015, p. 45).

Essa frieza administrativa nas reportagens sobre a criação do Mato Grosso do Sul foi uma escolha editorial para legitimar a decisão de Ernesto Geisel como um ato de planejamento racional e modernizador. Ignorou-se sistematicamente que o território estava sendo fatiado para facilitar o controle governamental sobre focos de resistência e para atender a demandas de grupos econômicos aliados ao regime. O jornalismo de caráter técnico funcionou como uma ferramenta de despolitização de um evento que era em sua essência profundamente político e autoritário. Essa estratégia jornalística de focar no econômico em detrimento do social permitiu que as transformações territoriais ocorressem sem o devido escrutínio crítico sobre os impactos na liberdade civil da população afetada.

### **3.3 Ética e Responsabilidade Social na Comunicação**

A função social do jornalista fundamenta-se no compromisso com a verdade e no direito fundamental do cidadão à informação clara e plural. Dentro da teoria do jornalismo, Nelson Traquina (2005) define a atividade como uma interpretação da realidade que possui o poder de pautar o que a sociedade discute e como ela percebe os eventos significativos. Quando o jornalista abdica do seu papel crítico e aceita passivamente as versões oficiais do Estado, ele falha com a sua responsabilidade ética, pois deixa de oferecer ao público uma visão diversificada e profunda dos acontecimentos históricos.

No contexto da ditadura, essa falha ética foi evidente na aceitação das notas oficiais emitidas pelo regime sem o devido questionamento profissional. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece que a informação deve ser tratada com precisão e que o profissional deve se opor ao arbítrio e ao autoritarismo em todas as suas formas. No entanto, ao silenciar sobre as prisões em Dourados ou sobre a natureza política da separação do estado, a imprensa da época agiu contra esses princípios fundamentais. Funcionou como um mecanismo de validação do governo, preferindo o conforto da narrativa oficial à investigação das violações de direitos que ocorriam no interior do estado, o que demonstra uma submissão da ética profissional aos interesses de manutenção do poder vigente.

### **Metodologia**

Este projeto adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada à investigação jornalística e à análise crítica dos registros sobre a ditadura militar no Mato Grosso do Sul. A metodologia articula pesquisa documental, análise de materiais jornalísticos da época e levantamento de discursos contemporâneos que abordam o período histórico. O objetivo principal foi compreender os mecanismos de construção e apagamento das representações históricas através do tempo.

A base empírica de análise regional foi composta por reportagens dos jornais *O Estado de Mato Grosso* e *Diário de Cuiabá*, ambos da edição histórica de 11 de outubro de 1977. Além disso, utilizou-se a literatura crítica sobre o Grupo Folha como um paralelo analítico nacional para compreender o ecossistema de imprensa e a transição técnica dos discursos jornalísticos da

época. O corpus documental contemporâneo incluiu a Revista n. 15 do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS) e os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A confrontação sistemática entre essas fontes de diferentes épocas permitiu identificar as lacunas deixadas pela imprensa de 1977 e entender como o silêncio editorial se transformou em uma memória institucional consolidada e inquestionada.

### Análise de dados e resultados

A análise do material empírico revela uma clara divisão entre a memória construída pelas instituições oficiais e o silêncio imposto sobre os conflitos sociais da época da divisão estadual. No dia 11 de outubro de 1977, o jornal O Estado de Mato Grosso estampava em sua manchete principal a notícia de que Ernesto Geisel assinou a lei criando o novo estado. A reportagem detalha o rigor do espetáculo político em Brasília, conforme pode ser observado na Figura 1, mencionando que centenas de convidados participaram da cerimônia solene. Isso evidencia um esforço de propaganda governamental para transformar um ato autoritário em uma celebração de consenso nacional, onde a voz do povo era substituída pela encenação de autoridades militares e civis aliadas ao projeto de poder do governo federal.

Figura 1 – Capa do jornal O Estado de Mato Grosso (11/10/1977)



Fonte: O Estado de Mato Grosso (1977)

O jornal reforçava a importância do evento ao destacar a infraestrutura montada para os jornalistas, sinalizando que a imprensa era parte integrante da coreografia estatal de legitimação das decisões do General Geisel. Além disso, ao cercar a notícia da divisão com notas sobre avanços tecnológicos mundiais e obras de grande porte como a usina de Itaipu, o veículo inseriu a retórica da unificação territorial dentro de um contexto maior de potência material, abafando

qualquer questionamento político sobre a legitimidade da divisão. Essa técnica de enquadramento jornalístico servia para desviar a atenção do leitor das possíveis repressões locais e dos descontentamentos populares, focando exclusivamente em um futuro de riqueza e modernidade prometido pelos militares.

No editorial do Diário de Cuiabá, intitulado "A divisão de Mato Grosso", a retórica do desenvolvimento econômico aparece de forma mais explícita e pragmática aos interesses locais. O texto justifica a separação territorial alegando que no sul se encontravam os principais pólos do desenvolvimento estadual, enquanto no norte praticamente não existia infraestrutura econômica de relevância. Ao descrever o Governador Garcia Neto como um fiel colaborador do projeto presidencial, o jornalismo da época não apenas narrou o fato histórico, mas atuou como validador direto das decisões do governo federal. Essa linguagem técnica e econômica servia para esvaziar o debate sobre a perda de autonomia regional, apresentando a divisão como uma necessidade administrativa inquestionável, como se observa na Figura 2, ocultando as vozes que temiam o enfraquecimento político do estado original frente ao governo central.

A validação das decisões estatais por meio das páginas dos jornais reflete a operação de um regime de verdade (FOUCAULT, 1979). Sob essa ótica, a função da mediação jornalística na época não foi meramente informativa, mas atuou como um dispositivo de poder que sancionou a vontade do Estado como se fosse uma necessidade técnica natural, excluindo qualquer discurso de resistência que pudesse questionar a legitimidade da divisão territorial.

Figura 2 – Editorial do jornal Diário de Cuiabá (11/10/1977)



Fonte: Diário de Cuiabá (1977).

O contraste ético surge quando confrontamos esse discurso com registros documentados recentemente que trazem à tona o que foi ocultado propositalmente. Enquanto a imprensa de 1977 focava na unificação territorial e no sucesso administrativo, os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) trazem à tona uma realidade de violência sistemática que foi totalmente omitida na cobertura jornalística original. Segundo dados da CNV, comunidades indígenas da região sofreram perseguições e graves violações de direitos humanos no mesmo período da criação do estado. Esse silenciamento nas páginas dos jornais não foi acidental, mas parte de um enquadramento que priorizava a imagem de um estado moderno e produtivo, ignorando a resistência e o sofrimento das populações que ocupavam o território dividido e que foram marginalizadas pelo projeto de ocupação incentivado pela ditadura.

Essa manutenção da narrativa de progresso permanece viva na contemporaneidade, como demonstra a análise da Revista n. 15 do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS). Produzida para celebrar os 40 anos da unidade federativa, a publicação mantém o foco na coragem dos pioneiros e no crescimento econômico do agronegócio, operando um novo apagamento sobre os conflitos da ditadura militar mencionados pela CNV. A análise demonstra que o silenciamento iniciado na cobertura jornalística de 1977 foi institucionalizado e continua a pautar as comemorações oficiais até hoje nas instituições de controle. Isso evidencia o papel da comunicação na cristalização de uma memória fabricada que escolhe exaltar o desenvolvimento econômico enquanto apaga as violações de direitos documentadas pela história recente, reforçando a ideia de que o jornalismo atua como um filtro que decide quais passados merecem ser recordados.

### **Conclusão**

A presente investigação permitiu observar como a criação do Mato Grosso do Sul, para além de um ato administrativo e político, foi um evento construído discursivamente sob a lógica do silenciamento e da exaltação do progresso material. Ao confrontar as fontes históricas de 1977 com os registros contemporâneos, fica evidente que o jornalismo da época não atuou apenas como um observador neutro dos fatos, mas como um agente ativo de legitimação do regime militar. O emolduramento da divisão territorial como uma etapa necessária de um projeto de desenvolvimento econômico serviu para deslegitimar qualquer resistência política ou denúncia de abusos contra as populações vulneráveis.

Os resultados demonstram que as narrativas consolidadas nos jornais O Estado de Mato Grosso e Diário de Cuiabá estabeleceram uma base de memória fabricada que perdura por décadas na cultura política regional. Essa memória, que privilegia a figura do fiel colaborador e a unificação territorial em torno da ordem e do trabalho, permanece viva na comunicação institucional atual das principais entidades do estado. O apagamento sistemático de episódios de resistência e das graves violações contra comunidades indígenas revela a existência de uma dívida ética da mediação jornalística com a história regional, uma dívida que só pode ser paga com a abertura dos arquivos e o debate público franco.

Conclui-se, portanto, que a disputa pela memória do Mato Grosso do Sul ainda está em curso no campo discursivo e nas salas de redação. A recuperação das memórias reprimidas e a denúncia dos silenciamentos históricos não são apenas exercícios acadêmicos isolados, mas atos de reparação histórica indispensáveis para a compreensão plena da identidade sul-mato-grossense na democracia. O jornalismo contemporâneo tem o desafio ético de romper com essa herança de silêncio, promovendo um debate plural que inclua as vozes que foram marginalizadas no momento da fundação do estado em 1977 e garantindo que o direito à verdade prevaleça sobre as narrativas oficiais de conveniência política.

### **Referências**

- ARAKAKI, Suzana S. **Onde estão os arquivos da ditadura em Mato Grosso do Sul?** Dourados: UFGD, 2008.
- BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**: Volume II. Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Brasília: CNV, 2014.
- DIÁRIO DE CUIABÁ. **A divisão de Mato Grosso**. Diário de Cuiabá, Cuiabá, 11 out. 1977. Editorial.
- MATO GROSSO DO SUL. **Tribunal de Contas do Estado. Revista do TCE-MS**, Campo Grande, n. 15, 2017. Edição especial: 40 anos de Mato Grosso do Sul.
- MOTA, Maria S.; CAPELATO, Maria T. R. **A folha dobrada: meio século de jornalismo**. São Paulo: Almed, 1981.
- O ESTADO DE MATO GROSSO. **Ernesto Geisel assinará hoje a Lei Criando o Novo Estado. O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 11 out. 1977. Capa.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SOTANA, Edvaldo C.; CORREA, Robson A. **A Folha de S. Paulo e a ditadura militar (1965-1977)**. Revista de História Regional, v. 20, n. 1, 2015.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística e o tribunal da opinião pública**. Florianópolis: Insular, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.